

O MARANHÃO NOS TRILHOS DO AVANÇO? UM ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS DA INDÚSTRIA MARANHENSE NA SOCIEDADE CAPITALISTA DO TEMPO FLEXÍVEL*

THE STATE OF MARANHÃO IN THE WAY OF DEVELOPMENT: A STUDY OF THE SPACE-TIME TRANSFORMATIONS IN THE INDUSTRIES OF MARANHÃO IN THE CAPITALIST SOCIETY OF THE FLEXIBLE TIME

Aline Teles Nascimento **

Marli Alcântara Ferreira Moraes ***

Resumo: Estudo sobre as transformações espaço-temporais da indústria no Maranhão a partir do seu contexto de “pós” reestruturação produtiva desencadeada por volta de 2000 até o início de 2009. Buscou-se descobrir de que estratégias vem se utilizando a indústria para cooptar e controlar o tempo dos seus funcionários. Analisando as condições de trabalho e de exploração da força obrera identificou-se que a reestruturação produtiva intensificou o controle do capital sobre o labor, fato que ocasionou uma total apropriação deste tempo laboral pelo capital o qual passa a interferir até no natural processo de envelhecimento. Conclui-se que a expansão do capitalismo no Maranhão está intrínseca e historicamente ligada ao campo e mais diretamente com a agricultura, primeiramente com o algodão e atualmente com a soja. Uma relação que sempre beneficiou os latifúndios, a agroexportação, a impunidade e a violência e que se expressa nos conflitos agrários que provocam a expulsão dos trabalhadores de suas terras e o “inchaço” das cidades.

Palavras-chave: Trabalho. Reestruturação produtiva. Tempo flexível.

Abstract: Study on the transformations of the industry in Maranhão from the context “post” productive restructuring was unleashed around the year 2000 until the beginning of 2009. Thus, this research sought to discover which strategies the industry is using to control their employees time. This way they examined the social and historical determinations in the process of time worked and flexible financial time. Analyzing the conditions of work and exploitation of the workforce has identified that the productive restructuring has intensified the control of economy over the work, this fact has caused a total ownership of the time in work in which the economy interferes in the natural process of aging. It was considered that the expansion of capitalism in Maranhão is intrinsic and is historically linked to the countryside and directly with agriculture, first with cotton and now currently with soy. A relationship that has always benefited the agronomy, and agro exportation, the impunity and violence expressed in agrarian conflicts that cause the expulsion of workers of their land and the “swelling” of cities.

Keywords: Work. Productive restructuring. Flexible time.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o subprojeto “Tendências do Envelhecimento da Força de Trabalho no Contexto da Expansão Capitalista no Maranhão” esta pesquisa tem como objetivo compreender as transformações espaço-temporais da indústria no Maranhão a partir do seu contexto de “pós” reestruturação produtiva desencadeada por volta de 2000 até o início de 2009.

Faz-se necessário, deste modo, investigar as especificidades desse controle sobre o tempo dos trabalhadores no âmbito das relações de trabalho que se estabelecem na indústria, com

o objetivo de apreender as suas determinações históricas e sociais e suas especificidades na particularidade da expansão capitalista no Maranhão.

A apreensão e análise de nossa pesquisa parte da noção de que a estrutura da realidade social é a totalidade e que os processos que a constituem são totalidades de menor complexidade, portanto a natureza da pesquisa de campo desenvolveu-se predominantemente com base na linha de estudos qualitativos, embora compreenda, como Minayo (apud, SANTOS, 2005), que os estudos quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, complementam-se,

* Trabalho premiado durante o XXI Encontro do SEMIC realizado na UFMA entre os dias 17 e 19 de dezembro de 2009.

** Concludente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Aluna bolsista do PIBIC/CNPq.

E-mail: alineteles_ss@hotmail.com

*** Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marli.elinaldo@uol.com.br

na atual pesquisa. Assim, diante de tal movimento de reconstrução da realidade, alguns procedimentos teóricos e operativos se fazem necessários: revisão bibliográfica e documental sobre temas pertinentes ao objeto de pesquisa; atividades de orientação; elaboração de instrumentos de coleta, registro e de análise de dados.

O presente trabalho pretende compreender como ocorreu a formação econômica, social e política do Maranhão, entender quais são as estratégias de que vem se utilizando a multinacional VALE para cooptar o tempo dos seus funcionários que não são mais jovens (e que estão com 40 anos de idade).

2 O MARANHÃO DE ONTEM

No século XIX, o Maranhão era dono de uma pomposa denominação: Atenas Brasileira, por causa da prosperidade econômica – possuía o status de 4ª província mais rica do país – e, principalmente, devido ao desenvolvimento cultural da região. Entretanto, um detalhe bastante significativo foi esquecido nessa louvação: apenas uma pequena parcela desfrutava dessa “riqueza econômica e cultural” à custa dos trabalhos dos homens pobres “livres” nas lavouras de algodão, nos canaviais e nas fazendas.

É portanto, demasiado importante traçar rapidamente alguns pontos do processo de formação socioeconômica do Maranhão, pois, à medida que se percebe sua estruturação econômica e a forma como os seus processos políticos vão se desenvolvendo é que se pode refletir e compreender os rumos da expansão econômica do Estado.

Nestes termos, procuramos captar os dados mais significativos para o nosso objeto de estudo: a indústria maranhense. Assim, por volta de 1960, Victorino Freire comandava o Maranhão com “mãos de ferro”. Tinha como grande instrumento de controle a máquina do governo, além do apoio dos coronéis latifundiários – aqui se dá o início da desigualdade na distribuição de terra – do interior. Dessa forma, o Tempo da Ocupação, como é conhecido esse período, foi marcado pela extrema violência contra as manifestações dos trabalhadores e também pelas fraudes eleitorais, já que Victorino não tinha nada nem ninguém a quem temer.

Somente em 1965, por causa da insistente mobilização das Oposições Coligadas foi que se conseguiu que José Sarney se elegeisse Governador do Estado do Maranhão. Essa vitória concretizou-se devido ao apoio decisivo da Ditadura Militar instalada no Brasil em 1964, possibilitando a passagem do vitorinismo para o sarneismo¹, o qual cresceu e se fortaleceu à sombra dos militares no poder.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão², a Fiema (1988), seria por conta dos esforços do Governador Sarney que o Estado sairia do subdesenvolvimento com o seu caráter modernizador. Esta mudança (relativa) representou a incorporação do Maranhão ao projeto de modernização conservadora que estava inserido no projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar. Tudo isso significou uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia, o qual aprofundou as desigualdades sociais, acelerou o processo de concentração fundiária, bem como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras aumentando enormemente os conflitos no campo em toda a região. Por outro lado, o governo Sarney (1966-1970) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização. Como diria Costa (apud SOUZA, 2003) “Os jornais comentavam sobre o “milagre maranhense”, pois a economia estaria crescendo a índices bastante elevados. Falava-se também em “desenvolvimento com justiça social”. E poderíamos perguntar: como os trabalhadores compreendiam e viviam esses momentos? O que significava esse processo para a grande maioria da população? Que “santo” era esse? Esse “milagre” favoreceu a quem?”

É a partir de 1970 que a estrutura econômica maranhense começa a se ampliar e dinamizar ao articular-se com as atividades capitalistas industriais em vigor no Brasil tornando-se mais complexa do ponto de vista dos seus interesses e agentes envolvidos. Neste momento, o Brasil vivia a euforia do “*milagre econômico brasileiro*” estimulando as exportações, levando investimento privado às regiões menos desenvolvidas do país por meio de incentivos fiscais e contínua importação de capitais e grandes investimentos na infraestrutura, a exemplo das indústrias de base, usinas hidrelétricas, construção de estradas e melhorias nos portos.

Seguindo neste mesmo ritmo nacional, com a intenção de continuar com a lógica de expansão do capitalismo, vivia-se no Maranhão um canteiro de obras como a construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança (para aumentar o potencial energético do Estado); a pavimentação da estrada São Luís – Teresina; implantação do Porto de Itaqui; instalação de um sistema de telecomunicações – TELMA; e até mesmo estabelecimentos de ensino superior nas áreas de administração e engenharia técnica para o desenvolvimento. Não podemos nos esquecer de citar as mudanças do setor privado-industrial, a substituição da indústria têxtil (instalada no século XIX) pela indústria de Óleo de Babaçu.

A Indústria Oleaginosa Maranhense, no

início da década de 1970, já estava consolidada e sua produção somava 50,7% do valor produzido pela indústria de transformação. No entanto, esta área que até então era a mais promissora do Estado, logo demonstrou suas fragilidades de produção, longos períodos de ociosidade entre as épocas de extração do óleo babaçu por falta de matéria-prima e emprego de um número irrelevante de mão-de-obra, resultando numa pequena geração de renda e baixa significância no contexto da economia maranhense, dando claras demonstrações que seu tempo de vida útil seria curto neste cenário estadual.

No setor agropecuário, a Política de Crédito Rural foi a responsável pela sua modernização; especialmente, entre 1970 e 1985, teve efeitos residuais, dado que ela só se manifestou de forma pontual,

[...] nos casos da pecuária de corte, na produção de arroz irrigado e alguns poucos setores da agroindústria como o beneficiamento de óleos vegetais e madeira, sendo pouco representativa para o conjunto da economia e produtores beneficiados. Ou seja, estes principais instrumentos de modernização econômica pouco fizeram em termos de transformação qualitativa do perfil produtivo do estado. Os efeitos se restringiram ao período de auge dos incentivos fiscais e do crédito subsidiado, a partir daí (crise dos anos 80) coube as forças de mercado dar a dinâmica desta expansão e modernização que manifestar-se-á no agronegócio da soja e do eucalipto. (PAULA; MESQUITA, 2009, p.9-10)

Contudo, como os professores Paula e Mesquita (2009) apontam, devemos fazer a ressalva de que foram estes instrumentos de crédito e incentivos fiscais estabelecidos pela política nacional para o âmbito regional, a principal ferramenta indutora de investimentos que viabilizou a expansão capitalista no Maranhão mesmo que centradas em algumas poucas atividades, a exemplo a expansão madeireira e da pecuária.

Entre o final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, com a chegada dos projetos do programa Grande Carajás e a instalação da multinacional ALUMAR, o governo e os jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos para os maranhenses, o que resultaria na elevação das condições de vida e trabalho de toda a população. Aqui chamamos atenção: como essas vagas de empregos seriam preenchidas por trabalhadores maranhenses se o estado possuía baixos níveis de escolaridade? De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³ a taxa do estado era de 0,547 (IBGE apud COSTA, 2001.)

Já nos anos 90 do século XX, convivemos com uma reedição do Novo Maranhão agora

intitulado de o Novo Tempo de Roseana Sarney, que iniciou seu mandato falando em investimento industrial em pólos regionais de desenvolvimento em turismo. Não se pode deixar de citar ainda a tentativa de doação fraudulenta – fantasiada de privatização – do Banco do Estado do Maranhão (BEM), além do apoio à grande agricultura de exportação, atualmente chamada de agroindústria, em detrimento da agricultura familiar – evidenciando-se que a governadora não iria favorecer a promoção de uma distribuição mais equilibrada de terra.

E ainda assim o Maranhão estaria, segundo as elites dominantes, vivendo uma nova fase de enriquecimento. E a “heroína” dessa história era Roseana, promotora do crescimento dos índices sociais tanto da população rural (leia-se grandes produtores de commodities⁴) quanto da população urbana.

De maneira sucinta, podemos falar que nesses 35 anos de oligarquia Sarney (1966-2001), a defesa da modernização capitalista da economia foi uma característica marcante de suas ações. A incansável manipulação dessa família sobre os meios de comunicação na ludibriação do povo, para que este fosse crédulo quanto à existência de um desenvolvimento com justiça social, finalmente caiu por terra diante da não mais mascarada realidade maranhense. Esta realidade gritou do baú – em que era guardado a sete chaves – fazendo com que todos se deparassem com o lamentável retrato da pobreza, mantida e perpetuada pelas práticas oligárquicas sarneistas.

No Maranhão houve sim crescimento da riqueza, mas nunca foi socialmente distribuída, e sim, concentrada nas mãos de uma “minoría” da minoria dos maranhenses. É um Estado rico com um povo pobre.

Por conseguinte, diante dos fatos discutidos acima verificamos que a expansão do capitalismo no Maranhão está intrínseca e historicamente ligada ao campo e diretamente com agricultura, primeiramente com o algodão e atualmente com a soja. Uma relação que sempre beneficiou aos latifundiários, a agroexportação, a impunidade e a violência expressa nos conflitos agrários que provocaram (provocam) a expulsão dos trabalhadores de suas terras e o “inchaço” das cidades. Apenas para ilustrar: entre 1996 e 2000, a população da ilha de São Luís aumentou em mais de 128 mil habitantes, o que equivale a uma cidade como Caxias.

Neste período mencionado, o estado teve uma forte desestruturação do mercado de trabalho a partir de uma combinação de fatores como a diminuição de investimentos públicos e privados, pois os grandes projetos minero-metalúrgicos já tinham sido implantados, e do forte êxodo rural.

Enquanto isso, no cenário de disputa

política, no ano de 2006, numa eleição atípica, repleta de problemas de coligação local, Jackson Lago tornou-se governador do estado do Maranhão. Partindo do pressuposto de que é necessário articular as ações estratégicas do governo federal com os Estados e municípios, Lago aborda alguns macro eixos de caráter político (estratégias de sustentabilidade, Bem-Estar Social, Geração de Emprego e Renda, Ciência, Tecnologia e Inovação, Ambiental e Planejamento e Gestão Pública) e de caráter econômico (agronegócio, minero-metalurgia, turismo e construção civil) que dependem de constantes negociações políticas e das transformações impostas pela dinâmica do contexto em que estamos inseridos.

Nesse sentido, ressaltamos que os territórios diferenciam-se economicamente de acordo com as vantagens oferecidas ao grande capital, essas vantagens deixaram de ser matéria-prima e mão-de-obra barata. Hoje se visam à logística privilegiada (boa localização), a disponibilidade dos centros de pesquisa, a mão-de-obra qualificada e os subsídios. Numa visão geral estes fatores significam grandes desafios aos governantes do Norte-Nordeste, e principalmente ao Maranhão, pois, no Brasil, esses fatores estão alocados nas regiões Sul-Sudeste.

Entretanto, mesmo com iniciativas inovadoras o governo de Jackson Lago foi tumultuado por greves e não terminou seu mandato sob a acusação de fraude eleitoral e, após a disputa nos tribunais eleitorais, Roseana Sarney retorna ao governo do estado em 2009, com o slogan “de volta ao trabalho”, voltando a utilizar a sua máquina midiática na qual divulga massivamente a realização de altos investimentos em empreendimentos sob o discurso da geração de emprego e renda, e desenvolvimento para o estado.

Esses empreendimentos dizem respeito à implantação de um pólo siderúrgico, com a Refinaria Premium da empresa estatal Petrobrás, em Bacabeira⁵, com a geração de aproximadamente 132 mil empregos diretos e indiretos, à expansão da Alumar cujo objetivo é a ampliação da produção de alumina, de 1,5 para 3,5 milhões de toneladas/ ano, Suzano Papel e Celulose em Imperatriz, construção de uma aciaria (Gusa Nordeste) em Açailândia, construção de uma hidrelétrica em Estreito, recuperação e modernização do Porto do Itaqui, expansão da Vale no Maranhão com o prolongamento e duplicação de 605 km da Estrada de Ferro Carajás, bem como a ampliação do Terminal Portuário da Ponta da Madeira, entre outros, que no total proporcionarão cerca de 300.000 empregos diretos e indiretos⁶.

Alguns destes grandes projetos, como a implantação da Refinaria Premium da empresa estatal Petrobrás, em Bacabeira, Suzano Papel e

Celulose serão abordados com maiores detalhes no próximo item desse trabalho.

3 O MARANHÃO NOS TRILHOS DOS GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS EXCLUDENTES

Observando a trajetória da economia no Maranhão, percebemos que a sua inserção no quadro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, induzido pela ação do Estado, não ocorreu de forma qualitativa ou generalizada, e muito menos possibilitou transformações positivas⁷ nas relações de produção no contexto sócio-econômico do estado maranhense. (PAULA; MESQUITA, 2009)

Nas últimas décadas mesmo apresentando um dinamismo diferenciado e até mesmo superior aos da economia brasileiras e nordestina, o Maranhão continua sendo um dos mais pobres do país, com uma das mais baixas rendas per capita⁸ e precários indicadores sociais.

Como podemos identificar através do Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE)⁹, divulgado pela Revista Veja, 08 Abr.2009, no espaço de tempo de 2001-2007 e numa escala de 0 a 100 o Estado maranhense evoluiu de aproximadamente 5% para 15,8% no nível de bem estar. O Maranhão teve grandes sinais de melhoria, apesar de ainda ocupar o segundo lugar no ranking dos estados mais subdesenvolvidos. As melhorias são decorrentes do Programa Bolsa Família, de avanços no saneamento básico, da expansão de água encanada nas cidades do interior e da construção de duas estações de tratamento de esgoto (VEJA, 2009).

Portanto, é inegável que a economia Estadual vem passando por importantes mudanças conferindo um novo cenário para a área industrial. Hoje o Maranhão é visto como um detentor de um grande potencial econômico, “o novo Eldorado”, por causa da abundância e diversidade de seus recursos naturais.

O território maranhense é naturalmente privilegiado constituído por diferentes biomas em razão da transição entre a vegetação de clima amazônico e o semi-árido nordestino. Numa área com a extensão de 333 mil quilômetros quadrados podemos encontrar vegetação de floresta, campos, cerrados, litoral com campos inundáveis, manguezais, formações arbustivas e o único deserto brasileiro, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Como se fosse pouco tamanha riqueza, o Estado possui ainda uma localização geográfica privilegiada e estratégica, primeiro porque se situa num dos pontos mais próximos dos mercados norte-americanos e europeus, e segundo por propiciar o fácil acesso ao Canal do Panamá, o que comercialmente faz do complexo do Porto

do Itaqui – Porto da Madeira um dos principais escoadouros da produção nacional com destino a estes mercados citados e ainda a uma rápida passagem aos mercados asiáticos.

Conforme as publicações da Fiema (2009), a economia estadual no período entre 2000 e 2009, vem estruturando-se em torno de dois eixos de desenvolvimento e “integração” de elevado dinamismo e modernização: o agronegócio de alimento e energia (agroindústria e biocombustíveis), com destaque para a produção da região sul, onde se expande a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária (FIEMA, 2009), sem deixar de citar o avanço da soja ao leste do Estado, nas Microrregionais Homogêneas de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense (SCHLESINGER; NUNES; CARNEIRO, 2008); e o complexo minero-metalúrgico que abrange a parte oeste e norte (São Luís) do Estado.

Paralelo a esses grandes eixos temos também a perspectiva de implantação, nos próximos seis anos, da Refinaria Premium da Petrobrás na cidade de Bacabeira (investimento de US\$ 20 bilhões), da Fábrica de Celulose da Suzano em Porto Franco (investimento de US\$ 3 bilhões), da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada, entre Serra Quebrada (Tocantins) e Imperatriz (investimento de US\$ 3,05 bilhões), (O ESTADO DO MARANHÃO, 2009), e tem-se os projetos que já estão em processo de instalação como a Termoelétrica na Maioba, Vila Nova Canãa, a Usina Hidrelétrica de Estreito e a ampliação do Centro de Lançamento Espacial de Alcântara (CLA).

Esses eixos de desenvolvimento devem ser tratados e trabalhados com muita cautela e pouca euforia por quem acredita que será possível promover em todo o Estado o Desenvolvimento Sustentável¹⁰ que englobe o setor econômico juntamente com o social. A consolidação dessas atividades da forma como vem sendo executada revela uma relativa diversidade econômica e social interna, concentrando o dinamismo nas regiões sul e sudeste do Maranhão, e no eixo da linha ferroviária controlada pela VALE, além da capital São Luís, ponto de convergência e de suporte logístico da economia estadual¹¹. Isto é, tem-se formado bolsões de desenvolvimento em detrimento da pauperização da maior parte dos municípios, o que ocasiona a intensificação das problemáticas sociais no entorno destes pontos centrais de grande crescimento econômico, e promove uma intensificação do já existente inchaço das zonas urbanas.

Nesse processo combinado de crescimento e modernização econômica, a ampliação da infra-estrutura e a expansão das novas atividades agropecuárias e metalúrgicas se concentraram no eixo Balsas/ Estreito/ Imperatriz/ Açailândia. Como podemos ver no gráfico 3 apenas cinco municípios: São Luís, Imperatriz,

Balsas, Açailândia e Caxias respondem por 53,8% do PIB maranhense os 212 restantes representam 46,2% do PIB. A concentração econômica também induz a um aumento na concentração demográfica. De acordo com a Fiema (2009), em 2006, a capital maranhense concentrava 36,9% do PIB e 15,6% da população de todo o estado.

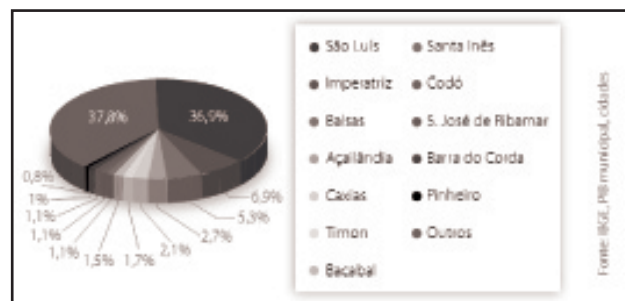


Gráfico 1 - Distribuição Municipal do PIB maranhense, 2006
Fonte: Fiema, 2009

Quanto à produção industrial, a qual se encontra, também, muito concentrada na capital, representa 54,9% do PIB setorial (FIEMA, 2009). Fica, assim, evidente o reduzido grau de dinamização da economia nos demais setores que poderiam abrir frentes de trabalho para absorção da população que se encontra fora do grande circuito de produção na maioria do estado. “Na realidade, a economia maranhense está fortemente apoiada no setor de exportações de produtos principalmente centrada nos produtos semi-manufaturados, como minério de ferro, alumínio e derivados, além da soja, que em 2005, representava 14,78% do total de exportações. Esse setor produtivo de semi-manufaturados não tem necessidade de grandes contingentes de trabalhadores. Recentemente, as empresas multinacionais instaladas na capital, dispensaram um grande número de funcionários. A produção da soja sabe-se bem, trouxe efeitos negativos, atingindo, gravemente, o maior percentual da população nativa do sul do Maranhão e do Baixo Parnaíba, expulsa da terra e submetida aos impactos da devastação de áreas gigantescas naquela região”. (ROSAR, 2009)

No Cadastro de Indústria do Maranhão (2005 e 2006), elaborado pelo Centro de Assistência à Média e Pequena Indústria – Campi – da Fiema, na qual constam apenas empresas legalizadas (de porte: micro, pequena, média e Grande), cerca de 500 empresas ficaram fora do cadastro, 100 empresas não quiseram se cadastrar, e outras 400 mudaram de endereço ou fecharam. Estes são os dados mais recentes por conta do receio que as indústrias têm, como revela Afonso Sérgio Oliveira, Secretário Executivo do Campi: “eles acham que se trata de um cadastro feito pela Receita Federal,

quando na verdade o Campi realiza esse trabalho para que as empresas maranhenses sirvam de vitrine dentro e fora do país. (FIEMA, CADASTRO INDUSTRIAL, 2006)

Dentre os ramos de negócios que aderiram ao mapeamento estão a construção civil gerando 12 893 empregos; fabricação de produtos alimentícios e bebidas, gerando 10 463 empregos; e a fabricação de produtos minerais e metálicos, com 3 956 empregados¹². Só em São Luís estão alocadas cerca de 50% das indústrias cadastradas. Para termos uma idéia do tamanho dessa concentração, a indústria maranhense tem cerca de 7,6% dos vínculos empregatícios e destes 58% da mão-de-obra empregada se encontram em São Luís. (FIEMA-CAMPI, 2005).

Entre 2002 e 2006, 276 novas indústrias legalizadas foram criadas no Maranhão do total de 2530 indústrias; 1170 se localizavam em São Luís (CADASTRO DE INDÚSTRIAS, FIEMA, 2006).

A despeito da forte expansão econômica, ao observarmos o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Maranhão, do ano 2000 (IBGE, 2009), que é de apenas 0,636 (numa escala de 0 a 1), percebemos que os indicadores sociais maranhenses continuam muito baixos tornando o estado menos atraente aos olhos dos investimentos produtivos porque as empresas não querem ver a sua "marca" ligada a aspectos negativos e fora dos padrões de desenvolvimento sustentável¹³. Isso reflete as formas como a economia está estruturada, com extrema desigualdade na distribuição de renda; no padrão de ocupação da força de trabalho, com fortes taxas de subemprego e informalidade. Por conta dos baixos padrões de qualificação profissional, essa parca especialização é a responsável pela baixa produtividade e má qualidade dos serviços produzidos. E não é pelo fato de não existirem locais qualificados para o ensino-aprendizagem, o que acontece é a inacessibilidade de Centros de formação, como as universidades públicas à maioria da população.

Segundo a Fiema, outro fator que diminui a atratividade maranhense é "a forte concentração da renda no Maranhão. A relação entre os rendimentos médios dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres, cujo valor, em 2007, era de dezoito vezes. Este quadro de forte desigualdade repercute em diferentes aspectos da vida social, inibindo o consumo e impedindo o acesso aos serviços e à posse de bens duráveis, essenciais ao conforto e bem estar da população. Com efeito, observando o indicador que mede a parcela de domicílios urbanos com acesso simultâneo aos serviços e posse de bens duráveis, como geladeira, aparelho de televisão a cores, máquina de lavar, computador, internet e telefone fixo, constata-se que o estado é o

último colocado do Nordeste, com 2,6%, além de se posicionar muito abaixo da média nacional (17,6%)". (FIEMA, 2009)

Entretanto, os indivíduos não podem ser responsabilizados por esses problemas sociais, mas sim, amparados pelas políticas públicas cuja responsabilidade de gestão cabe ao governo. É preciso investir em programas de qualificação profissional que realmente habilitem estes cidadãos de baixa renda a concorrer no mercado de trabalho, superando os desafios impostos pelo avanço tecnológico.

No que diz respeito aos rebatimentos dessa expansão capitalista sobre o meio ambiente, os dados são alarmantes. De acordo com relatos não oficiais, estima-se que o Maranhão já tenha perdido quase metade da formação florestal original, além da criação de conflitos de terras envolvendo as comunidades tradicionais como os quilombolas de Alcântara e pequenos agricultores do Baixo Parnaíba Maranhense, dentre outros. "[...] o desmatamento também se articula com a expansão da soja e do carvão vegetal (para fabricação de ferro-gusa) e, sobretudo, vincula-se espacialmente ao Sul e ao Oeste do estado. Observando o quadro geral deste desmatamento, há uma dinâmica interna vinculada à lavoura temporária e a pecuária, e outra externa, com as monoculturas e também a pecuária. Em termos de dimensão e velocidade de expansão, nota-se que na atual fase 2000/2008, o desmatamento tem características mais predadora do que aquela prevalente à época dos incentivos fiscais e créditos subsidiados pelo Estado. Estimativas realizadas mostram que entre 2000 e 2005, o desmatamento girou em torno de 3,5 mil/km, ou seja, 350 mil hectares ano, o que dá uma taxa de 13% ao ano, contra respectivamente 25 mil hectares ou 3,6% ao ano da fase anterior. (PAULA; MEQUITA, 2009)

Dentre os ecossistemas mais atingidos está a floresta pré-amazônica, onde se deu a pressão ao longo da ferrovia de Carajás e de Imperatriz, e a pressão da minero-metalúrgica, com uso da mata como carvão vegetal para a produção de ferro-gusa, notadamente no sul do Estado. Outro bioma fortemente ameaçado é o cerrado, tendo em vista a exploração intensiva da moderna agropecuária – a bovinocultura e a cultura da soja – evidenciando, assim, a inadequação da base tecnológica, utilizada com claro teor predatório.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos percebemos o quanto as transformações contemporâneas no campo econômico incide sobre as relações de trabalho entre a empresa e o trabalhador.

Transformações tais como: manipulações políticas pautadas no projeto neoliberal a partir da década de 90, a reestruturação produtiva que se consolidou no empresariado brasileiro e o espantoso aquecimento no setor industrial em meio à crise vivida no cenário mundial acarretaram todas elas mudanças no mercado de trabalho, redimensionando não só suas funções a partir das novas exigências e novas demandas postas, mas ocasionado uma constante substituição da classe operária mais envelhecida.

Infelizmente, com a vinda e a instalação de grandes empreendimentos no Estado, o que a nossa sociedade não sabe é que estamos perdendo nossa biodiversidade. Por exemplo o cerrado, o bioma escolhido para as atividades de reflorestamento com eucalipto ou o plantio de grãos de soja, está desaparecendo. E então nos indagamos: será que os empregos e os impostos pagos pelos grandes empreendimentos compensarão as nossas perdas? Outros grandes projetos como este, instalados anteriormente no Maranhão, não ajudaram no desenvolvimento do Estado e nem na melhoria de vida da população. Pelo contrário, geraram exclusão social, massacres, expulsão de camponeses de suas terras e até mesmo financiamento do trabalho escravo.

Nos próximos 6 anos, com a chegada destes grandes empreendimentos o Maranhão receberá aproximadamente 85,7 bilhões de reais, o que faz do nosso estado o novo Eldorado. Devemos colocar na balança o que estamos perdendo (com as exportações perdermos não só os nossos minérios e os grãos para a nossa alimentação, mas também ficamos com a degradação ambiental e social) e o que estamos ganhando.

Já passamos do tempo de pensar em que tipo de desenvolvimento devemos adotar. O projeto de desenvolvimento da classe dominante está posto; devemos elaborar uma reação contra-hegemônica. A implantação destes projetos criará uma gama de novas relações sociais, ambientais e econômicas na região de instalação, transformando, com isso, a realidade e a paisagem até então existentes. Agora é a hora de reagir e seguir lutando em prol da garantia de direitos para os trabalhadores, isto é, de todos nós.

No decorrer de nossa análise e investigação fizemos o esforço de esclarecer as especificidades do controle sobre o tempo dos trabalhadores, apreendendo as determinações históricas e sociais e suas especificidades na particularidade da expansão capitalista no Maranhão.

O movimento para apanhar tais relações estabeleceu como estratégia o recurso da história para compreender em que contexto estão inseridas, atualmente, as relações de

trabalho na indústria.

Entendemos, assim, que o crescente desemprego estrutural e a redução das demandas por trabalhadores são reflexo do rápido avanço tecnológico e em certa medida expressam os limites da sociedade burguesa. Como nos esclarece Lessa (2005) existem limites absolutos à expansão do capital de dimensão interna – seu caráter autodestrutivo, por isso ocorrem as reestruturações – e de dimensão externa – a expectativa de um caráter socialista.

O tempo apropriado pelo capital não se limita só ao “tic-tac” do relógio de parede, podemos contabilizá-lo pelas rugas de preocupação dos trabalhadores e pelo tempo de vida que não se pode passar com a família e os amigos. O corpo humano é submetido a altas pressões e curtos prazos de produção, sem o direito de envelhecer.

A VALE é a maior expressão das exigências do grande capital no Maranhão. Ao entrevistar os ferroviários, podemos confirmar que há uma intensa rotatividade de sua mão de obra que em sua maioria é composta por jovens, já que após a privatização os trabalhadores concursados e com tempo de serviço foram paulatinamente substituídos pelos jovens recém formados ou estagiários.

Nesse sentido, identificamos que a luta pelo controle e o direito de poder aproveitar o seu tempo de vida, sem que para isso seja preciso estar desempregado, é um duelo constante entre o capital e o trabalhador.

Assim, ao término deste trabalho a certeza que temos é de que as tentativas para destruir a resistência operária têm se intensificado e fazem parte de algo mais amplo que os muros das empresas e indústrias, e se situam no âmbito de um movimento mais amplo de controle do capital sobre o trabalho, tornando-se mister a recriação das estratégias dos trabalhadores em busca do controle do tempo em parceria com os mecanismos já existentes – o sindicato – ou na criação de novos instrumentos de luta. Mais que isso, devemos ter em mente que melhorias no mundo do trabalho só teremos de fato quando estivermos fora do sistema capitalista de produção, para isso precisaremos passar necessariamente por uma dimensão mais ampla das lutas sociais contra o controle do capital, colocando-se para além dos muros de cada empresa ou país.

NOTAS

¹ Um detalhe, pouco lembrado pelo povo maranhense, é que a Ditadura era totalmente contra a Reforma Agrária, principal instrumento viabilizador da distribuição de terras. A conclusão: pensando ter eleito seu redentor a população deu poder àquele

que seria o seu maior carrasco.

² Órgão apontado como grande articulador do desenvolvimento maranhense através de atividades de processamento e formalização de acordos para a viabilização de projetos industriais necessários ao crescimento socioeconômico do Maranhão.

³ Índice que mede a expectativa de vida, escolarização e renda, variável entre zero e um, quanto mais próximo de um, melhor seria a justiça e igualdade social no país ou região.

⁴ Commodities são produtos primários que geralmente têm grande participação no comércio internacional. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.com> > Acesso em: 22 nov. 2008.

⁵ Município situado a 50KM de São Luís. Informações colhidas no jornal O Estado do Maranhão no dia 15 de outubro de 2009.

⁶ Bacabira é um município situado a 50KM de São Luís. (Informações colhidas no jornal O Estado do Maranhão no dia 15 de outubro de 2009)

⁷ As transformações poderiam ser positivas se o perfil sócio-econômico vigente por muitos anos – miséria, altos índices de pobreza, falta de saneamento básico, saúde e educação insuficiente para a demanda – tivesse melhorias tangíveis, mas o que se verifica é que o desenvolvimento social e econômico simultâneo não existe só ocorre este último. (PAULA; MESQUITA, 2009)

⁸ A renda per capita é o valor do rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas.

⁹ O IDSE é um índice criado pela Fundação Getúlio Vargas Projetos – FGV Projetos – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e elaborado a partir de 36 variáveis sociais e econômicas, capaz de identificar com apuro o nível de bem estar nas 27 capitais do país. De acordo com seus criadores é mais correto que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – divulgado pela ONU.

¹⁰ Sustentabilidade é a preservação dos recursos ambientais e culturais para as gerações futuras – a base do conceito de desenvolvimento sustentável – ganhou espaço nas empresas e indústrias com o objetivo de gerar resultados nos âmbitos econômico, social e ambiental. A abordagem da sustentabilidade, com grande ênfase dada, mais recentemente, ao meio ambiente misturou-se com a da responsabilidade social empresarial. A cautela quanto ao uso desses termos deve-se ao fato de que os capitalistas os usam de maneira a camuflar as suas reais intenções: o lucro a todo custo. (REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS, OUT. 2008, p. 86)

¹¹ A convergência da logística e infra-estrutura para o Porto e Itaqui, aliada ao fato de ser a capital e contar com maior densidade de mão-de-obra qualificada e de grandes centros de ensino, tornam São Luís o núcleo mais importante e sobrecarregado da economia maranhense. (Fiema, 2009)

¹² O sistema Fiema –Campi não informa se esses empregados são direta ou indiretamente contratados ou se são terceirizados.

¹³ Ver nota de rodapé número 10

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade

do mundo do trabalho. São Paulo : Cortez/ UNICAMP, 1998.

COSTA, Wagner Cabral. 2001. *NOVO TEMPO / MARANHÃO NOVO: QUAIS OS TEMPOS DA OLIGARQUIA?* Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral1.pdf> >. Acesso em: 30 abr. 09.

DEBERT, Guita Grin. *AS REPRESENTAÇÕES (ESTEREÓTIPOS) DO PAPEL DO IDOSO NA SOCIEDADE ATUAL*. p. 35-45. In: ANAIS do I Seminário Internacional Envelhecimento Populacional: uma agenda para o final do século. Brasília, DF: MPAS, SAS, 1996.

FEITOSA, Moacir Gomes. *O processo sócio-econômico do Maranhão*. Belém, 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará.

FIEMA. *20 anos de Lutas e vitórias*. São Luís, 1988.

HOLANDA, Felipe de. *Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos*. São Luís: IMESC, 2008.

IBGE: *expectativa de vida sobe 3,4 anos em uma década*. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos/p69.htm>>. Acesso em: 22 out. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan 2009.

LESSA, Sérgio. *História e Ontologia: a questão do trabalho*. In: Crítica marxista. Rio de Janeiro: REVAN, v. 20. 2005.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2008. Não paginado.

MORAIS, Marli Alcântara Ferreira. *O TEMPO DOS TRABALHADORES NOS TRILHOS DO CAPITAL: a reatualização do controle espaço-temporal na Companhia Vale do Rio Doce/MA*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *ENVELHECIMENTO ATIVO: um projeto de política de saúde*. 2002. Disponível em: <<http://www.who.int/>>. Acesso em: 22 out. 2008. Paginação irregular.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, 9 out. 2009. Economia, p. 6.

PASSOS, Ana Régia. *Evolução das atividades do*

Distrito Industrial desde a sua implantação até os dias atuais. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; MEQUITA, Benjamin Alvino de. *A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do Maranhão – 1970/2008*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a_dinamica_recente.pdf>.

pdf>. Acesso em: 30 abr. 2009.

PLANO estratégico de desenvolvimento industrial Maranhense – PDI, 2003

ROSAR, Maria de Fatima Felix. *Maranhão: entre a miséria de muitos e a abundância destinada a poucos*. Disponível em: <<http://www.formacao.org.br/artigos2.php?id=49>>. Acesso em: 02 ago. 2009.

VEJA. São Paulo: Abril, 8 abr. 2009.